

A Prudência no Exercício de Comando

Major-general PilAv
António Martins Rodrigues



São Bernardo de Claraval (1090-1153), devido à sua fama de Santidade e Sabedoria reconhecidas, torna-se uma personalidade importante e respeitada em toda a Europa. A pedido do Papa Inocêncio II, pregou a segunda Cruzada.*

Era conhecido como o Pai dos Fiéis, Coluna da Igreja, o apoio da Santa Sé, o Anjo Tutelar do Povo de Deus. Aquando da escolha do Comandante da Segunda Cruzada, foram-lhe apresentados três candidatos:

O primeiro, era um cavaleiro, de coração puro e mãos limpas, muito piedoso e temente a Deus, era um santo;

O segundo, era um letrado, conhecedor da história dos povos e suas tradições projectos e ambições, era um estratega;

O terceiro, era um monge missionário, pragmático e avisado, que se distinguia por estar sempre ao serviço dos seus súbditos, um homem prudente.

Após esta reflexão, São Bernardo disse do primeiro *“Pois que reze porque isso também é muito preciso par o sucesso da Cruzada”*. Do segundo opinou, *“Pois que escreva esses seus valiosos conhecimentos para proveito das gerações vindouras”*. Do terceiro, categoricamente, afirmou *“Se é prudente que comande, se comanda que seja prudente”*

Neste contexto, entendia-se como prudência a capacidade que só alguns têm de analisar as variáveis existentes e avaliar de forma equilibrada as suas consequências na tomada de decisão.

Até aos tempos de hoje, a prudência tem sido o fio condutor nas Organizações ou nas Instituições perenes como são as Forças Armadas. É neste contexto que um Comandante deve exercer o seu Comando. Não nos podemos esquecer que o acto de comandar deverá ser aprendido, ao longo da vida e, nos vários escalões, começando nos mais baixos, passando pelos intermédios até atingir os escalões mais elevados. É, sobretudo, neste último que os registos de insucessos de comando prendem-se pelo não exercício prudente da vivência relatada.

Aconselha a prudência que os comandantes nas estruturas superiores das Forças Armadas sejam os representantes dos respetivos ramos junto do poder político e não o seu inverso. O contrário torná-los-ia meros emissários junto das suas unidades. Tal, decorre directamente da sua condição militar, e da sua incompatibilidade de exercício simultâneo de acção política e militar.

Acresce que o mais importante para um comandante é conseguir a maturidade dos seus subordinados, para reconhecerem a sua competência e assim seguirem voluntariamente o desenvolvimento de qualquer acção militar. Sem este apoio dos subordinados qualquer projecto ou acção de comando poderá estar condenada ao insucesso.

Oxalá, tal não aconteça, para bem da Instituição Militar e, sobretudo, para bem de PORTUGAL.

* Artigo submetido à Revista Militar para publicação em 15 de junho de 2021.